

O TRABALHO REFLEXIVO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELO IDEB

Jhonathan Martins da Costa ¹

RESUMO

Este artigo faz uma reconstituição histórica do surgimento e estabelecimento das competências do cargo de coordenador pedagógico no sistema educacional brasileiro. Ademais, problematiza o processo de constituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e suas relações de resultado junto à natureza do trabalho deste profissional docente, com enfoque no avanço do ensino básico no Brasil. A pesquisa delineou-se com abordagem qualitativa, por meio de revisão da literatura especializada e das políticas públicas relacionadas à avaliação da educação básica. Desde 2007, o IDEB tem ranqueado sistemas e unidades escolares por todo o Brasil, fortalecendo-se como um mecanismo de descentralização de responsabilidade que acaba por fatiar os resultados negativos com todos que compõem o sistema educacional brasileiro, atingindo diretamente o trabalho do coordenador pedagógico. Por isso, faz-se necessária a discussão sobre o trabalho deste profissional frente aos desafios impostos pelo IDEB, para a construção de uma nova configuração, que permita substituir o aspecto superficial e punitivo deste instrumento, pela atividade reflexiva sobre as especificidades que devem ser respeitadas na interpretação dos resultados e na constituição de processos de ensino-aprendizagem eficientes, que permitam a formação de indivíduos autônomos, aptos e qualificados para o mercado de trabalho e para o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico, IDEB, Educação Básica, Sistema Educacional Brasileiro.

INTRODUÇÃO

O processo de escolaridade de todo educando torna-se um dos meios mais complexos a serem trabalhados no ser humano, afinal um bom processo de escolarização o torna autônomo, crítico e participativo. Todavia, este processo formativo educacional perpassa por uma estrutura pedagógica formada pelos sistemas de ensino local e nacional, não sendo coerente o exercício de uma única pessoa à frente desta engrenagem.

Neste cenário, a escola possui como macrofinalidade intrínseca a de velar pela formação do sujeito, promovendo o desenvolvimento das aptidões físicas e sociais fundamentais ao indivíduo, mediante à usualmente denominada “prática educativa”,

¹ Graduado em Licenciatura na área de História - Universidade Federal do Acre – UFAC. Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário – FAVENI. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Acre – UFAC. Professor de Carreira da Secretaria Municipal de Rio Branco – SEME/RB prof.jhoncosta@gmail.com;

constituída por meio de um fenômeno universal, social e que se apresenta como fundamental à atividade humana.

O ambiente escolar “ideal” pensado, planejado e conservado pelo coordenador pedagógico, deverá ser aquele comprometido com o desenvolvimento de habilidades, que permita que o indivíduo formado possa interferir na sociedade, para melhorá-la.

Ancorados na perspectiva de que a escola possui como papel principal a formação integral, deve ela democraticamente estar incumbida deste processo social, com um currículo adaptado para a sua realidade, capaz de contribuir na constituição de educandos transformadores da sociedade. Para isso, é imprescindível que tenhamos um profissional qualificado, com excelente formação acadêmica, dinâmico e parceiro, junto ao corpo docente da instituição educativa, contribuindo para que seus discentes sejam sujeitos capazes de absorver saberes que possam ser aplicados diariamente como o seu pleno exercício da cidadania, transformando o seu meio social.

Nesta perspectiva, o coordenador pedagógico se apresenta responsável por tantas atribuições, que acabam não se detendo às atividades pedagógicas e isso é também um elemento que desencadeia a crise de identidade em que vivem. Porém, muitas de suas atribuições evidenciam o fundamental papel deste personagem, a fim de que os indivíduos inseridos no sistema educacional possam alcançar autonomia, gerando transformações sociais em seu meio e refutando a ideia de que o ensino ainda esteja organizado sobre os pilares da mera transmissão e memorização de conteúdo específico. Contrariando alguns professores que “subestimam a atividade mental dos alunos privando-os de desenvolverem suas potencialidades cognitivas, suas habilidades, de forma a ganharem independência de pensamento”. (VASCONCELOS, 2002, p.10)

Ainda hoje, alguns profissionais da educação não compreendem claramente todas as competências do cargo de coordenador pedagógico, bem como as íntimas relações positivas e negativas que o cargo possui com a constituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim, este trabalho objetiva desmistificar algumas definições errôneas e proporcionar um trabalho reflexivo, que contribua para a compreensão de um pensamento coletivo a fim de perspectivar melhores resultados avaliativos no sistema educacional brasileiro.

Para tanto, está escrita faz uma reconstituição histórica do surgimento e estabelecimento da especialidade de coordenador pedagógico no Brasil, apontando principalmente para a natureza do cargo do qual se constituiu. Ademais, este trabalho

apresenta e discute o processo de constituição do IDEB e suas relações de resultado junto à natureza do trabalho deste profissional docente, ressaltando a “avaliação” dentre as competências inerentes ao cargo.

Considerando que o IDEB é hoje o maior instrumento avaliativo nacional, faz-se necessário discutir como o mesmo configura-se no processo avaliativo de ensino de cada unidade escolar, e relacioná-lo ao trabalho do coordenador pedagógico, como forma de avançar no ensino básico brasileiro.

METODOLOGIA

Neste estudo foi adotada a abordagem qualitativa e fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental. Tudo o que tem sido debatido até aqui foi graças a aplicação de pesquisa metodológica qualitativa, visando atender o objeto desejado, proveniente da investigação sobre as políticas, orientações e documentos referentes ao objeto. A presente investigação qualitativa tem os fundamentos e procedimentos metodológicos apoiados na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRIA, CONCEITOS E TERMINOLOGIAS SOBRE O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO BRASIL

A função de coordenador pedagógico no Brasil aparece entre os anos de 1970 a 1990, portanto, dentro de um marco histórico bastante diferenciado da história brasileira, por perpassar o período da ditadura militar que durou de 1964 a 1985.

Parece controverso o surgimento deste cargo em um período de “repressão” e não de autonomia individual, principalmente quando referenciamos às competências a eles atribuídas na atualidade. Todavia, o objetivo inicial, apresentado à época, era de controlar o processo educativo:

[...] a Supervisão Educacional foi criada num contexto de ditadura. A Lei 5692/71 a instituiu como serviço específico da Escola de 1º e 2º Graus (embora já existisse anteriormente). Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. No contexto da Doutrina de Segurança Nacional adotada em 1967 e no espírito do AI-5 (Ato Institucional n. 5) de 1968, foi feita a Reforma Universitária, nela situa-se a reformulação do Curso de Pedagogia. Em 1969 era regulamentada a Reforma Universitária e aprovado o parecer reformulador do Curso de Pedagogia, o mesmo prepara predominantemente, desde então, "generalistas", com o título de especialistas da educação, mas pouco prepara para a prática da educação. (VASCONCELOS, 2002, p.12).

Elevou-se a um cargo de liderança, onde prevalecia o seu posicionamento, o coordenador pedagógico garantia ao sistema o papel de supervisor do processo de ensino. Diferente da pedagogia atual, que centraliza a prioridade do ensino no educando, aquela não se preocupava com as especificidades do aluno, mas em fiscalizar e gerir as ações detendo o controle das aulas regidas pelos demais docentes.

Todavia, com o avançar do tempo, surgiram novas concepções pedagógicas, com ênfase na função social da escola, dentro de uma perspectiva de construção do saber no qual o indivíduo torna-se crítico e autônomo. Neste sentido, ainda que de forma vagarosa, compreende-se a necessidade de um especialista com um novo perfil dentro dos sistemas de ensino, concebendo-se então a figura do coordenador pedagógico assemelhado ao perfil do que conhecemos hoje.

Responsável ainda por supervisionar, mas, dotado de uma nova característica, regida pela coordenação dos grupos dentro de um favorecimento participativo, portanto democrático, de todos os quais faz a mediação, este profissional passa a promover a construção de saberes numa articulação entre a sala de aula e a pedagogia institucional.

O horizonte que vislumbramos para os serviços especializados é o do intelectual orgânico, qual seja aquele que está atento à realidade, que é competente para localizar os temas geradores (questões, contradições, necessidades) do grupo, organizá-los e devolver como um desafio para o coletivo, ajudando na tomada de consciência e na busca conjunta de forma de enfrentamento. (VASCONCELOS, 2002, p.12).

Vale ressaltar que mediante esta constituição histórica do perfil controlador instituído ao coordenador pedagógico, uma visão negativa e, portanto, preconceituosa do cargo, perdura entre muitos outros profissionais da educação. Muitos ainda o vinculam à imagem retrógrada de supervisor autoritário, fiscalizador, “dedo-duro”, responsável por

transitar com as notícias da gestão para os docentes e vice-versa, inflexível e as vezes até burocrático.

No entanto, observa-se que atividades individuais não trazem os resultados satisfatórios pela perspectiva educacional, sendo, portanto, imprescindível que as práticas pedagógicas venham ser dadas em conjunto. Nessa perspectiva, a coordenação pedagógica deveria ser vista como propiciadora de mecanismos institucionais que possam originar uma atitude sistêmica de integração dos serviços que orbitam o contexto escolar.

Destaca-se assim, uma das mais importantes atribuições do coordenador pedagógico: a articulação, seja para reflexão ou para aproximação da comunidade escolar, para que o processo de ensino-aprendizagem se apresente como entusiasmado e focado na formação autônoma dos seus educandos. Desta maneira, torna-se possível instituir objetivos alicerçados no projeto político pedagógico da escola.

Reconhecendo como um dos maiores fins da atividade docente a mediação do conhecimento, cabe a este especialista estar conectado com o professor regente responsável por esta mediação, planejando, constituindo e organizando os métodos mais adequados para que os objetivos venham a ser alcançados. Evidencia-se, portanto, a aproximação que deve existir entre o coordenador pedagógico e o professor regente, em um processo interacionista que não só planeja a didática do conteúdo, mas que, de forma democrática e ativa, agrega ao processo de ensino uma perspectiva construtivista.

Diante o exposto, um dos maiores desafios consiste na identificação e intervenção na atuação do professor regente que possui qualificação teórica satisfatória, mas apresenta carência metodológica. Nestes casos, cabe a intervenção do coordenador pedagógico na construção coletiva de uma forma didática adequada a regência dos docentes sendo, portanto, trabalhado:

Atendimento individual ao professor (sistemático ou de acordo com solicitação); orientação individual ou coletiva para o planejamento de sala de aula; sessão de orientação semanal por série, ciclo, ou área; acompanhamento de aulas, coordenação das reuniões pedagógicas; reunião sistemática com a equipe diretiva; busca de subsídios para os docentes; análise do material didático; participação em projetos específicos; assessoramento para produção de material didático; estímulo à pesquisa; incremento da formação permanente através da organização de cursos ou palestras para professores. (VASCONCELOS, 2002, p.12).

Torna-se imprescindível a demarcação e o entendimento pela comunidade escolar das competências inerentes a estes especialistas, para que não recaia sobre os mesmos, responsabilidades que extrapolam suas atribuições. Especialmente em instituições de ensino privadas da educação básica, o coordenador pedagógico realiza tarefas que não estão alinhadas ao seu perfil profissional, como conciliação de conflitos majoritariamente comportamentais entre o corpo docente e discente, cumprimento de funções administrativas na secretaria da escola, e atuação em sala de aula, lecionando como docente substituto do professor regente.

Enfim, devido às responsabilidades supramencionadas, inerentes ao cargo de coordenador pedagógico, evidencia-se a necessidade destes profissionais possuírem em sua construção de saber, no período formativo, a absorção de conhecimentos teóricos e práticos capazes de inserir uma consciência crítica a respeito de suas competências.

3 IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação pública sempre esteve nos discursos políticos em nosso país, tratada como prioridade, assim como saúde e segurança pública. Em meio às retóricas apresentadas, um elemento que cada vez mais ganha ênfase é a “qualidade do ensino”. Todavia, surgem novas indagações: como alcançar estas qualidades? Quais seriam essas qualidades? Como verificar essas qualidades?

Assim, percebe-se uma manifestação organizativa do sistema educacional brasileiro voltada para a construção de mecanismos eficazes de avaliar o trabalho do profissional docente, bem como a aprendizagem do corpo discente das instituições de ensino, com o intuito de mapear e fomentar políticas públicas que possam aprimorar esses resultados.

A avaliação da forma tradicional, através de “prova escrita” como principal fermenta avaliativa, é alvo de muitas críticas. Para alguns autores, este instrumento mensura apenas um momento específico da aprendizagem do aluno, devendo apenas ser um elemento dentro de um constante processo de análise de crescimento da aprendizagem do educando. Para além disso, vale destacar o questionamento da medição dessa aprendizagem, no qual a prova é considerada uma avaliação restrita a números, prêmios ou penalizações, quando uma avaliação adequada não deveria ser vista como o resultado fim, mas, como um instrumento para o aperfeiçoamento da didática docente.

Diante do exposto, vale salientar como o sistema educacional brasileiro vislumbra a própria natureza da avaliação. A respeito do tema, a LDBEN nº 9.394/96, prevê que:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (BRASIL, 1996)

Evidentemente, o sistema educacional brasileiro necessita de um parâmetro de análise do nível de progressão de seus educandos. Para isso, necessita-se formular um mecanismo legal capaz de referenciar o patamar de absorção do conteúdo registrado no currículo escolar da instituição, e de apontar as áreas de intervenção, caso índices satisfatórios não sejam alcançados.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990, apontou os primeiros parâmetros avaliativos utilizados pelo MEC pós década de 90. (INEP, 2021). Dentre eles, apresentou a disparidade entre os índices de instituições educacionais privadas e públicas, que favoreceu o delineamento de novas políticas públicas para aprimoramento do cenário educacional.

A partir destes indicadores, os governos construíram propostas decenais, onde pactos eram acordados para que metas viessem a ser alcançadas no decorrer desse período. Portanto, evidencia-se aqui, o reconhecimento por parte do Ministério da Educação deste instrumento avaliativo como de natureza intrínseca ao desempenho dos discentes e das instituições educacionais.

Após o SAEB, e as análises realizadas sobre os índices que o instrumento apresentou ao Ministério da Educação, o país adotou várias medidas para melhorar este cenário. A criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, foi um dos marcos deste processo. (BRASIL, 2007)

Constituído para combater os principais problemas que enfrentava o sistema educacional brasileiro, o PDE estabeleceu programas no país inteiro que pudessem contribuir não apenas pedagogicamente, mas, também, com ajuda financeira para o custeio desse processo. (BRASIL, 2007)

Por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação, o Ministério da Educação adota, em 2007, um mecanismo mais específico e aprimorado para avaliar a qualidade do

ensino no país, com a adição de novos critérios avaliativos: o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que segundo o MEC:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (INEP, 2021)

Diante do exposto, é importante o aprofundamento da natureza e proposituras do IDEB. Para isto, descreve o MEC:

O IDEB agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (INEP, 2021)

Basicamente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é responsável por avaliar a atuação das escolas a partir de três pilares: a admissão e “progressão” dos educandos; a média das “notas” obtidas nas provas de língua portuguesa e matemática da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (conhecida como “Prova Brasil”); e o quantitativo evasivo de alunos do sistema educacional. Assim:

O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. (INEP, 2021)

Pode-se assumir que, com grande visibilidade nacional, os resultados apontados pelo IDEB responsabilizam os sistemas de ensino Brasil afora, aumentando o portfólio das consequências práticas para as escolas, seja pelo êxito ou fracasso da nota obtida. Todavia, deve-se salientar que atualmente a responsabilização ganha um novo formato,

que é a descentralização da “culpa” por alguns índices abaixo do satisfatório, buscando desfocar a responsabilidade cabida aos sistemas de ensino dos entes federados.

4 O IMPACTO DOS RESULTADOS DO IDEB PARA O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Os resultados do IDEB refletem diretamente na instituição escolar e, inevitavelmente, naqueles que respondem pela coordenação de todo o ensino destas instituições. A avaliação promove efeitos colaterais extremos, desde o pagamento de bônus para os profissionais que ficam acima de média, até a depressão em outros profissionais, que se sentem frustrados por não alcançarem os índices desejáveis.

Essa preocupação com números, testes padronizados e dados quantitativos podem levar professores a colocarem determinados obstáculos ao ensino, dada a preocupação com *ranking* que o IDEB vem apresentando entre as redes públicas de ensino. (BARBOSA, 2015, p.13)

Portanto, as instituições escolares que ficam abaixo da média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica tendem a apresentar um ambiente desfavorável para o trabalho docente. Neste cenário, a frustração inevitavelmente adentra o espaço educativo, cabendo maestria à coordenação pedagógica na adoção de métodos de reconfiguração e encontro de novos caminhos a serem trilhados pela comunidade escolar, a fim de mudar esta realidade.

No meio educacional, muitos questionamentos surgem a partir do método avaliativo compreendido pelo IDEB. Afinal, mediante a pedagogia moderna, é difícil corroborar com uma avaliação de aprendizagem vinculada a atividades padronizadas, que desconsideram a realidade particular das regiões do Brasil. O que se nota, nesta perspectiva, é um movimento contrário do MEC ao reforçar a mecanização do ato de realização destas provas e homogeneizar os resultados, não dando a atenção devida aos resultados que emergem de forma individual.

Conforme abordagem inicial sobre a natureza fundamental do trabalho de do professor responsável pela coordenação pedagógica, um dos pilares do exercício profissional é a boa condução do processo de ensino por meio dos professores regentes - através do planejamento estruturado no conteúdo pedagógico e na boa didática aplicada.

Nesta perspectiva, a abordagem superficial desta política avaliativa afasta a possibilidade de um trabalho reflexivo que poderia ser feito através dos coordenadores pedagógicos:

[...] a pressão pelo aumento de notas parte do princípio de que a avaliação gera competição e esta gera qualidade. Embora a concepção de qualidade associada ao IDEB seja um tanto reducionista, por não contemplar aspectos relevantes do processo pedagógico, é possível considerar algumas potencialidades no IDEB por conta de duas características: por facilitar uma apreensão, mesmo que parcial, da realidade educacional brasileira, destacando o contexto escolar e, sobretudo, por articular dois elementos que há muito parecem ser antagônicos: o aumento da aprovação e o aumento do desempenho. (BARBOSA, 2015, p.13)

Contudo, não poder-se-ia negligenciar, nesta discussão, os impactos deste método ao alunado. Afinal, o trabalho do coordenador pedagógico e o resultado do IDEB possuem uma macrofinalidade: promover a aprendizagem dos alunos em nível satisfatório. Defende-se que os resultados reconhecidos pelo IDEB devem ser observados e trabalhados tanto dos aspectos negativos como positivos, buscando tornar esse resultado o mais fidedigno possível da realidade escolar.

Eis a importância da proposta de tornar reflexivo o trabalho do coordenador pedagógico, para atuação de forma ativa na eficiência do alcance da finalidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no âmbito escolar: o índice é uma ferramenta válida, que deve permear o processo de ensino, cabendo a este profissional desenvolver ferramentas que perspectivem uma união de forças dos professores regentes, para o alcance do melhoramento do processo de ensino.

Um processo de ensino eficiente propicia ao educando um ambiente favorável a torná-lo um indivíduo autônomo na sociedade, exercendo a cidadania e estando apto e qualificado para o mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa reflexão, defende-se uma reestruturação da forma como se pensa o índice, especificamente da forma como se avalia os resultados. O coordenador pedagógico tem papel essencial, no âmbito escolar, na criação de uma cultura de valorização da fidedignidade dos resultados do IDEB, de atenção às especificidades regionais e locais

que podem interferir nos mesmos e de identificação e estabelecimento de prioridades que possam ser trabalhadas para melhorar o desempenho da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do coordenador pedagógico no Brasil foi transformada com o passar do tempo, atendendo os anseios de cada período e política de governo. Junto às novas tendências pedagógicas estabelecidas no país, alocaram-se novas competências a estes de especialistas, os quais atualmente são reconhecidos pelo trabalho participativo, dialogado, democrático e contributivo que fazem com os professores regentes, no que se refere a adaptação dos currículos escolares, do planejamento das aulas, da revisão e acompanhamento das avaliações internas e externas.

Tratando-se das avaliações externas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é o maior avaliador das instituições escolares brasileiras, tornando-se o um instrumento mais amplo do que seu antecessor, SAEB. Todavia, o IDEB possui, como toda avaliação, aspectos negativos, sendo um dos principais a necessidade de não apenas quantificar de forma mecanicista, mas qualificar o nível de aprendizagem, possibilitando a identificação dos aspectos a serem melhorados para a melhor formação do protagonista de todo este enredo, que é o educando.

Defende-se que o IDEB deve se aproximar dos especialistas - aqui, os coordenadores pedagógicos -, para uma nova configuração, resultado da atividade reflexiva sobre as especificidades que devem ser respeitadas na interpretação dos resultados, transformando-o em um instrumento de mudanças positivas, contribuindo com novos processos de ensino-aprendizagem e retirando o aspecto punitivo sobre aqueles que não alcançam médias satisfatórias.

Quando transformarmos esta realidade, o IDEB deixará de ser apenas um elemento midiático e passará a contribuir de forma mais significativa ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como suporte o trabalho de um coordenador pedagógico mais entusiasmado para a apresentação de seus resultados perante a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. [livro online]. Brasília: MEC/SEF; 1997. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em 01 jan. 2021

BARBOSA J.M.S, MELLO R.M.A.V. O IDEB como instrumento de avaliação da aprendizagem escolar: uma visão crítica. Rev. Elet Pesquise educa [revista em Internet] 2015. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/php/pesquiseduca/article/download/505/pdf>. Acesso em 01 jan. 2021.

FRANCO M.A.S. Coordenação Pedagógica: Uma práxis em busca de sua identidade. Revista Múltiplas Leituras, 2008; 1(1). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1176>. Acesso em 03 jan. 2021

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

VASCONCELOS C.S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad; 2002. p.10